

PENSANDO

São Paulo e o Brasil



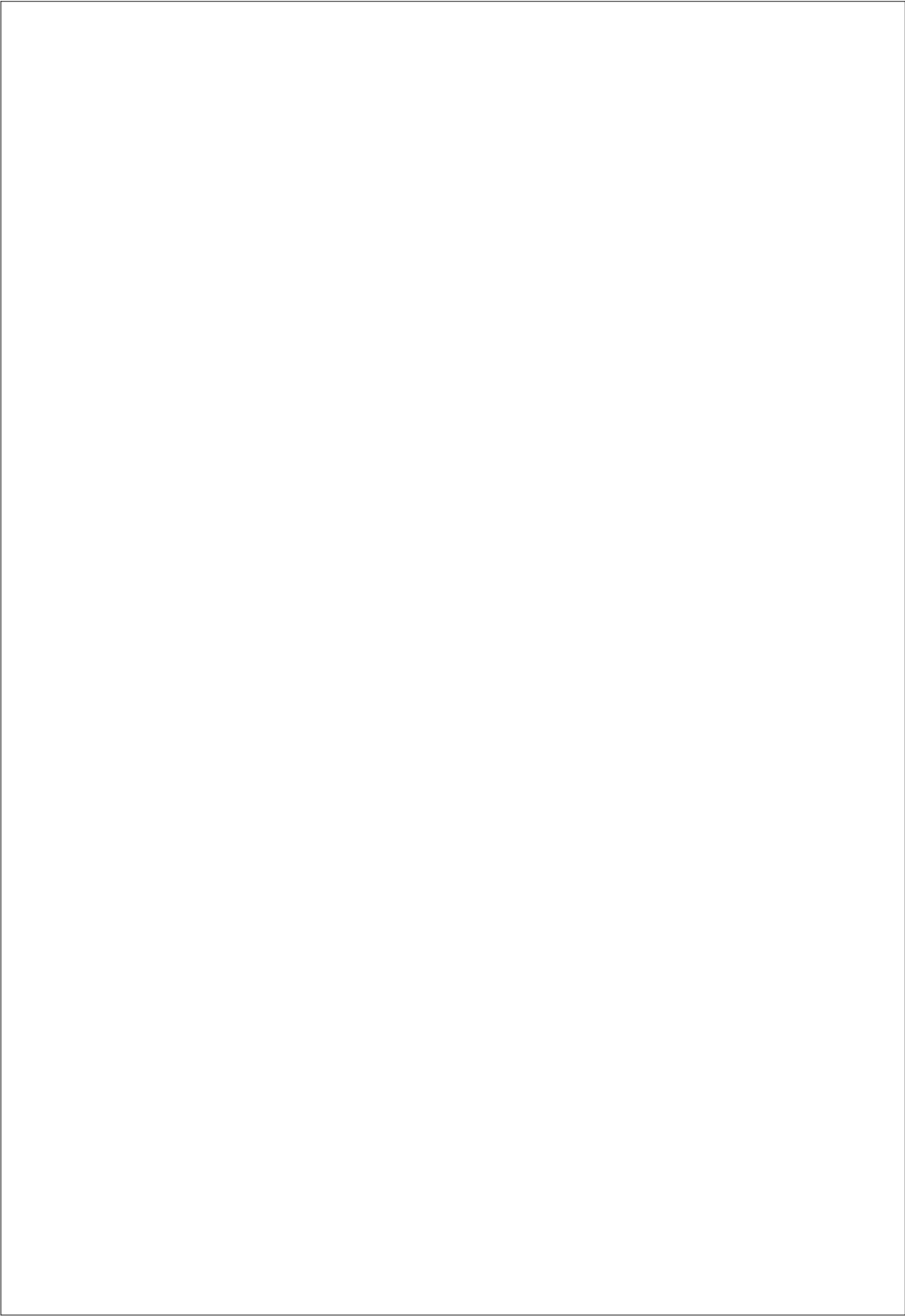
DIMAS RAMALHO

Deputado Federal PPS/SP

*Síntese das atividades parlamentares
na Câmara dos Deputados*



Brasília - 2003



PENSANDO SÃO PAULO E O BRASIL

*Síntese das atividades parlamentares
do Deputado Dimas Ramalho
na Câmara dos Deputados.*

DIMAS RAMALHO

Deputado Federal
PPS - SP

**Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Publicações
BRASÍLIA - 2003**

CÂMARA DOS DEPUTADOS
52ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa
SÉRIE
SEPARATAS DE DISCURSOS PARECERES E PROJETOS

SUMÁRIO

Prefácio.....	06
Roberto Freire - Presidente Nacional do PPS - Líder da Bancada	
Discursos.....	07
1. Contra a Exploração Sexual Infantil	
2. A sociedade unida contra a corrupção	
3 .Atenção aos pacientes renais	
4. Em defesa dos funcionários do Banco Nossa Caixa	
5. Alimentos Transgênicos	
6. Ações de combate ao crime no Brasil	
Artigos.....	33
Violência X Inclusão Social	
A Classe Média empobrecida	
Homenagens.....	37
Dia Nacional do Ministério Público - Sessão Solene	
Projetos de Lei.....	39
Comissões	41

Um deputado que pensa São Paulo e o Brasil

Roberto Freire*

O deputado Dimas Ramalho é uma das gratas surpresas da bancada do PPS, na Câmara Federal. Eleito pela legenda do partido e considerado um quadro experiente da política paulista, no Congresso é reconhecido por sua postura sóbria e prudente em relação aos principais assuntos da agenda nacional, sem abrir mão de idéias e convicções.

Há quase trinta anos exercendo mandatos ininterruptos no Congresso, como deputado e senador, sei das dificuldades que cercam um parlamentar de primeiro mandato. Para se destacar não lhe basta dedicação apenas. É preciso mais, exige-se também muita competência, ampla capacidade de diálogo, bom-senso, firmeza política, princípios, abertura para fazer amigos e divergir, quando for o caso, com sinceridade.

Pois bem, Dimas Ramalho, com a bagagem que adquiriu em 10 anos como deputado estadual em São Paulo, já é um homem público conhecido na capital da República. Além de defender com zelo os interesses legítimos de seus eleitores e bases de apoio, é um legislador diligente, produtivo.

Se tudo isso não fosse suficiente, tem inscrito o seu nome com relevo na CPI do Banestado, que se debruça sobre um dos grandes escândalos nacionais e que subtraiu milhões de reais do Tesouro e dos cofres públicos.

Um pouco do seu pensamento poderá ser aquilardado nesta publicação. O PPS se regozija por ter Dimas Ramalho em suas fileiras. Creio que o povo paulista tem esse mesmo sentimento quanto ao seu representante.

** Roberto Freire é Líder da Bancada
na Câmara dos Deputados e
Presidente Nacional do
PPS - Partido Popular Socialista*

Prefácio



Discursos

Contra a Exploração Sexual Infantil

(Discurso proferido na sessão plenária de 21-02-2003)

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP. Sem revisão do orador.)
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento a todos, em especial os funcionários e funcionárias da Casa, que tão bem acolhem os que, como eu, aqui chegam pela primeira vez.

Em minha infância, estudei no colégio Nove de Julho, na cidade de Taquaritinga, onde nasci; posteriormente, formei-me na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Fui Promotor de Justiça e professor universitário na UNIARA, em Araraquara, a Morada do Sol, terra que tenho a honra de também representar no Parlamento.

Aprendi que esta tribuna e esta Casa representam muito mais do que apenas a voz dos Deputados. Esta Casa, por seu caráter plural e democrático, e esta tribuna representam a voz de todo o povo brasileiro. Não se pode falar em democracia na História do Brasil sem reconhecer a importância deste Parlamento.

Como V.Exa., Sr. Presidente, fui Deputado Estadual em São Paulo durante dez anos. Para cá vim pela vontade de mais de 116 mil eleitores. Saúdo todos que, neste Parlamento, com certeza farão uma ampla discussão sobre os temas nacionais e as reformas que o Brasil pede e exige. Mais do que isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou certo de que todos querem discutir os temas que ora nos atropelam e estão a clamar do legislador providências urgentes. É nesse sentido que, na condição de pai de família, cidadão brasileiro e, sobretudo, de Deputado Federal, aqui estou para falar de tema muito importante: a exploração sexual de menores e o incentivo à prostituição em nosso País.

É impressionante o que os jornais noticiam sobre a questão, como pude constatar em pesquisa que fiz com o apoio do Centro de Apoio da Infância e da Juventude, do Ministério Público de São Paulo.

Vejamos, rapidamente, algumas dessas notícias: Crianças são as maiores vítimas do abuso sexual, jornal Amazonas em Tempo, edição de 2 de fevereiro, explicando que o Estado passa por sérios problemas de abuso sexual de crianças e de adolescentes; Exploração sexual de crianças em Minas Gerais cresce e gera abertura de CPI, Estado de Minas, edição de 17 de fevereiro, mostrando que é tão grave o problema em Minas Gerais que deu ensejo a uma CPI na Assembléia Legislativa; Quarenta e uma crianças são exploradas sexualmente no Estado de Goiás,

O Popular, informando que crianças estão se prostituindo pelas ruas de Goiânia; Exploração e abuso sexual, também matéria do jornal O Popular, de Goiânia, enfatiza a gravidade do problema.

No Estado de Minas, edição de 17 de abril, encontramos matéria da jornalista Mariana Ramos, sob o título Exploração e abuso sexual. Denúncias chegam todos os dias na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Do Jornal de Brasília, destaco a matéria Meninas são exploradas no gasoduto Brasil-Bolívia, que informa que na rota do gasoduto crianças e adolescentes são exploradas e induzidas à prostituição. Meninas disseram ao jornal que tinham rendimento em dólar. Isso é uma vergonha para o nosso povo!

Há outras notícias, Sr. Presidente: 70% dos travestis de Manaus são adolescentes, matéria da repórter Márcia Daniela, do jornal Amazonas em Tempo; Roraima toma medidas para conter exploração sexual infanto-juvenil, Folha de Boa Vista, edição do dia 6 de junho de 2002; Presa no Rio de Janeiro mãe que prostituía filha de 6 anos, Estado de Minas; Relatório sobre exploração sexual de adolescentes vai destacar impunidade no Estado do Amazonas, Folha de S.Paulo.

Em Tocantins há um programa que visa tirar crianças e adolescentes de 7 a 14 anos da prostituição, segundo o Jornal de Tocantins.

Em vários outros Estados encontramos notícias semelhantes. Publica o jornal A Tarde, da Bahia: Virgindade de adolescente é leiloadada na Bahia. É um absurdo o que acontece com crianças e adolescentes naquele Estado!

Uma das prioridades do Governo Lula é combater a exploração de menores e a prostituição infanto-juvenil. Diz Lula, na Folha de S. Paulo, que o Ministério da Justiça dará prioridade ao combate à prostituição infantil no País.

Sr. Presidente, ressalto matéria publicada no jornal O Estado de S.Paulo, sob o título Meninas são exploradas sexualmente próximo ao Palácio do Planalto. A exploração sexual é uma chaga no mundo inteiro, um problema que temos de encarar.

É importante discutir as reformas fundamentais para o País a reforma da Previdência, da CLT, a reforma política, tributária, a reforma do trabalho e a reforma do Judiciário e vamos fazê-lo. Todavia, também é importante que nós, Deputados, tomemos providências urgentes para combater, desde logo, com medidas legislativas, a exploração e o induzimento de menores à prostituição.

É evidente que a solução só se dará com políticas de inclusão social, educação, saúde e emprego. É por isso que vamos discutir e quem sabe? aprovar as reformas necessárias ao nosso País. Mas, até lá, o que fazer? Como atacar essa chaga que tem man-

chado o Brasil e o colocado na rota do turismo sexual?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos apresentando projeto de lei que visa ao combate dessa prática. Por quê? Porque se alguém submete crianças ou adolescentes à prostituição ou à explora sexualmente menores é enquadrado no art. 244 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A pena para esse crime é simplesmente de quatro a dez anos. E, se o réu for primário e tiver bons antecedentes mesmo que submeta o próprio filho a esse tipo de prática não ficará preso um dia sequer.

Sr. Presidente, se é verdade que a lei deve refletir os clamores da sociedade, nós, Deputados Federais, temos a obrigação de tomar providências urgentes no sentido de evitar a continuidade dessa situação. Aliás e afirmo isso na condição de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo, embora esteja afastado para cumprir o mandato de Deputado, o Brasil tem a impunidade como marca principal, seja quando se trata de crimes de colarinho branco, de narcotráfico, de crime organizado ou de pequenos delitos.

É regra dizer que algumas leis pegam e outras não. Isso não pode e não vai mais acontecer. A esse respeito, faremos ampla discussão particularmente, quero fazer um grande trabalho nesta Casa relativamente à questão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresentei projeto de lei que passa a considerar crime hediondo a exploração sexual de menores e a indução de crianças e adolescentes à prostituição. Crime hediondo é aquele que causa indignação à sociedade, como o estupro, o seqüestro e o atentado violento ao pudor. O legislador houve por bem legislar sobre esse tipo de crime. Atentado violento ao pudor, latrocínio, extorsão qualificada pela morte, todos esses são crimes hediondos e causam repugnância à civilização e a um país que se quer democrático.

Proponho aos nobres pares e espero seu apoio que induzir uma criança ou adolescente a doar seu corpo para ser explorado sexualmente seja considerado crime hediondo, porque, se assim for, haverá punição. São poucas as punições no País. Quem sabe se mudarmos essa situação haverá maior repressão a esse tipo de delito?

Repito: hoje, aquele que oferece serviços sexuais de menores, às vezes seu próprio filho ou filha, como vimos nas notícias que apresentei, está sujeito a uma condenação de apenas quatro a dez anos de prisão, vai para a rua e não sofre nenhuma sanção. Que diferença há entre quem estupra, quem pratica latrocínio, quem comete atentado ao pudor e quem pratica esse tipo de crime? Quem leva uma criança a ser estuprada merece a mesma pena de quem estupra.

A ocorrência dessa situação me deixa muito angustiado. Por isso estou propondo uma alteração: que seja condenado por crime hediondo aquele que submete criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual. Dessa forma, talvez tenhamos uma expectativa de punição, porque se tratando de crime hediondo não há anistia, fiança ou qualquer tipo de favor legal.

Ora, se o Presidente da República diz que é prioridade do seu Governo o combate à exploração sexual de menores, por que não nós, Deputados, darmos o primeiro passo para enquadrar esse grave delito no rol dos crimes hediondos? Estamos cansados de ver a todo o momento jornais estamparem nas suas páginas a vergonha que é a exploração de menores.

Por isso proponho essa mudança legislativa, simples e tranqüila, que pode e deve ser feita por nós, Deputados, independentemente de esperarmos a ação do Governo Federal.

A SRA. ROSE DE FREITAS - Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. DIMAS RAMALHO Pois não, nobre Deputada Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS - Deputado Dimas Ramalho, parabênizo V.Exa. por sua eleição e pelo projeto que ora traz à consideração da Casa. Quando Diretora da EMBRATUR, houve uma campanha de âmbito nacional contra a prostituição infanto-juvenil. A proposta por V.Exa. é de grande importância. Creio que talvez se possa acrescentar ao projeto o aumento da penalidade.

Sendo membro do Ministério Público, V.Exa. conhece melhor do que eu o alcance da lei. Confesso que, muitas vezes, tive a oportunidade de observar, nas propagandas de hotéis brasileiros, fotografias que, com a intenção de mostrar as belezas de nossas praias, exibem crianças praticamente nuas. A fiscalização proposta não ocorreu sequer nas propagandas de turismo do País.

Não quero defender uma posição moralista; desejo apenas dizer que esse projeto está sendo formulado em bom momento. Tanto na esfera federal, quanto na estadual e na municipal, precisamos estruturar a fiscalização, aparelhar as delegacias e dotá-las de assistentes sociais, fiscalizar rigidamente as ruas e fazer o acompanhamento familiar. Afinal, a permissividade em torno da exploração da sexualidade não se restringe ao estupro e à violência. Hoje ela está consentida, é objeto de matéria e reportagens especiais.

Fizemos parte de CPI que abordava esse tema e andamos Brasil a fora, colhemos inúmeros dados, mas infelizmente, a ação do Governo é muito limitada. Sugiro a V.Exa. que dê ampla divulgação a esse projeto e inclusive convoque a Comissão de Direitos Humanos a dele participar, para que as pessoas possam tomar conhecimento de seu teor. Sugiro também que aumente a

penalidade prevista para essa prática. O projeto de V.Exa. é importante e vamos todos apoiá-lo, defendê-lo e divulgá-lo.

Temos de exigir do Governo maior rigidez na fiscalização e na aplicação das penalidades. O Congresso ganha com a eleição e com essa iniciativa de V.Exa. Parabéns! Muitas vezes as leis são ignoradas, mas tenho certeza de que essa proposta por V.Exa., com o alcance social que terá, fará justiça a essas crianças exploradas sexualmente até mesmo no recinto domiciliar. Muito obrigada.

O SR. DIMAS RAMALHO - Agradeço à Deputada Rose de Freitas, que orgulha esta Casa, o trabalho desempenhado aqui e na EMBRATUR. S.Exa. caminhou pelo Brasil e sabe que estou retratando o que acontece todos os dias.

Muitas vezes, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a exploração é feita pela própria família. Em vários hotéis que nos hospedamos V.Exa. tem toda a razão encontramos cartazes lamentáveis. Nós, brasileiros, nos indignamos quando assistimos a cenas como a de um profissional que deveria cuidar da saúde, da defesa e da proteção do cidadão ser cúmplice e agente da indução à prostituição e ao abuso sexual.

Se a impunidade grassa no País, nós, Parlamentares, temos de pelo menos fazer um reforço judicial para que a autoridade do Ministério Público, do Judiciário, da polícia possa agir. Esse é o sentido do projeto que ora apresento.

O Brasil tem pressa de reformas em muitos setores: no emprego, na previdência, na saúde, na educação, mas necessita também de ampla proteção para suas crianças. O abuso sexual é muito maior do que imaginamos.

O Ministério Público do Estado de São Paulo está fazendo um levantamento junto com o Centro de Apoio de Defesa ao Menor. Os dados são surpreendentes, e queremos trazê-los para o debate nesta Casa.

Diz a Declaração Universal dos Direitos da Criança, promulgada em 20 de novembro de 1959: " Princípio 9: A criança gozará proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração". A Convenção das Nações Unidas sobre Direito da Criança, de 1989, diz em seu art. 34 que "os Estados-Partes reconhecem que toda criança tem direito à vida" e, nesse sentido, se comprometem a proteger a criança contra toda forma de exploração e abuso sexual. O Brasil é signatário dessa Convenção.

A Convenção nº 182 sobre a proibição e a ação imediata para eliminar formas de trabalho infantil estabelece em seu art. 3º que o pior trabalho infantil do mundo é "a utilização, procura e oferta de crianças para fins de prostituição, produção de material pornográfico e espetáculo pornográfico."

E a nossa Constituição Federal, em seu art. 227, determina: "Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação...". § 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente."".

Temos, portanto, leis e convenções sobre o assunto. Quero agora aprimorar a lei dos crimes hediondos, porque é o que determina a consciência cívica desta Nação, a nossa consciência de pais e de cidadãos brasileiros, é o que determina sobretudo um Brasil que caminha para ser grande, igualitário, humano e justo, que protege idosos, crianças e adolescentes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

A sociedade unida contra a corrupção

(Discurso proferido na sessão plenária de 24-04-2003)

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a sociedade brasileira está repleta de exemplos bem-sucedidos de organizações que têm pautado sua ação no combate à corrupção

 e ao crime organizado, que, infelizmente, contamina a esfera pública. A AMARRIBO, os Amigos Associados de Ribeirão Bonito - cidade localizada na região central do Estado de São Paulo -, organização não-governamental criada em novembro de 1999, é um destes exemplos de coragem e de organização da sociedade civil que já ganhou o reconhecimento nacional pelo trabalho realizado no combate à corrupção e na fiscalização das contas públicas daquele Município.

 Foi graças à atuação da AMARRIBO que as suspeitas de corrupção por parte do ex-Prefeito Antônio Sérgio Buzzá foram comprovadas pelo Ministério Público. O ex-Prefeito renunciou ao mandato em abril do ano passado para não ser cassado pela ação eficaz da investigação levada a cabo pelo Ministério Público, em conjunto com a organização, que foi criada com o objetivo de implantar projetos para o desenvolvimento de Ribeirão Bonito, mas deparou-se com a necessidade de combater a corrupção detectada na administração municipal.

 O episódio, que ganhou amplo destaque na mídia nacional, mostra que quando faz a sua parte a comunidade contribui para o combate à corrupção, aos desvios de recursos públicos e aos desmandos das autoridades sem compromisso com os interesses da maioria da população.

 A experiência inédita e bem sucedida da AMARRIBO ganhou a forma de uma cartilha intitulada O Combate à Corrupção nas Prefeituras do Brasil, lançada no último dia 15, em Brasília, em cerimônia realizada na sede da Ordem dos Advogados do Brasil. A cartilha, com 76 páginas, em tom didático, lista cerca de 250 dicas para os cidadãos constatarem indícios de corrupção na administração municipal, e também orienta como agir para obter informações sobre gastos públicos.

 A cartilha tem como autores Antoninho Marmo Trevisan, presidente da Trevisan Auditores e Consultores, Antonio Chizzotti, João Alberto Ianhez, José Chizzotti e Josmar Verillo, todos nascidos em Ribeirão Bonito, cidadãos que, no curso das investigações contra o ex-Prefeito, acumularam conhecimento dos mecanismos empregados em fraudes na administração municipal e dos

instrumentos que podem utilizados para o seu combate.

A iniciativa da AMARRIBO é um exemplo gratificante de mobilização e organização da sociedade brasileira em defesa dos interesses comuns. A cartilha de combate à corrupção é um completo exercício de cidadania e uma valiosa contribuição para melhorarmos a fiscalização e o controle das contas públicas em nosso País.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para congratular-me com os autores da cartilha da AMARRIBO, com a presidenta da diretoria da organização não governamental, Maria Izildinha da Silva Leme de Godoy, e com a população de Ribeirão Bonito, que se organizou de maneira exemplar para o combate à corrupção instalada na administração municipal.

Que o exemplo da AMARRIBO prolifere e frutifique em todos os cantos do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Atenção aos pacientes renais

(Discurso proferido na sessão plenária de 29-04-2003)

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço um alerta nesta Casa para o fato de que cerca de 60 mil pessoas no Brasil estão fazendo tratamento dialítico. E, segundo dados de prevalência nacional, surgem noventa novos pacientes por ano a cada milhão de habitante que precisa desse tipo de terapia.

E o que é mais preocupante é o número de pessoas com insuficiência renal que não chegam a ter acesso a nenhum tipo de tratamento alternativo que substitua a função dos rins, assim como a possibilidade das clínicas conveniadas com o SUS interromperem o tratamento dialítico por não estarem conseguindo cumprir compromissos financeiros junto aos fornecedores.

É importante ressaltar que todos os serviços de diálise, inclusive dos hospitais, correm o risco de não ter mais equipamentos e materiais necessários para prestar o serviço, pois até esses se encontram em estado de inadimplência junto a seus fornecedores e a situação já se torna insustentável em várias unidades de tratamento espalhadas por todo território nacional.

Por sua vez, os representantes das clínicas de hemodiálise afirmam que, sem um reajuste por parte do SUS, não vão conseguir administrar as unidades, já que não recebem o suficiente para saldar seus compromissos, o que nos leva à triste conclusão de que a nossa diálise é uma das mais mal remuneradas da América do Sul.

Para debater a grave situação em que se encontram os pacientes renais, a FARBRA (Federação das Associações de Renais e Transplantados) realizou no último dia 12 uma Assembléia-geral Extraordinária com representantes do Ministério da Saúde, entidades da área e empresas que fornecem máquinas e insumos para o setor, quando foi apresentado um demonstrativo do déficit econômico em que se encontram as clínicas de hemodiálise.

Diante da gravidade do problema, apelamos à Presidência da República para que determine ao Ministério da Saúde providências no sentido de que a continuidade do tratamento seja garantida na rede pública, mesmo que algumas unidades conveniadas com o SUS venham a fechar suas portas.

Anexo ao meu discurso, Sr. Presidente, encaminho Carta Aberta da FARBRA, chamando atenção para o problema, e informativo

da UNIR (União de Insuficientes Renais de São Paulo), que faz um diagnóstico sobre a qualidade da hemodiálise no Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, é necessário que o Governo garanta o tratamento dialítico, pois esse direito é constitucional e uma obrigação do Estado.

Era o que tinha a dizer.

Centenário do Centro Acadêmico "XI de Agosto"

(Discurso proferido na sessão solene de 28-08-2003)

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente João Paulo Cunha, rendo minhas homenagens a V.Exa., na convicção de que tem realizado, juntamente com a Mesa Diretora, gestão democrática e de afirmação deste Parlamento. Aproveito para saudar o Vice-Presidente Inocêncio Oliveira.

Quero saudar ainda o Presidente do Centro Acadêmico de Direito XI de Agosto, Sr. Ademir Picanço de Figueiredo; o Presidente da Associação dos ex-Alunos do Centro Acadêmico XI de Agosto, Sr. Vadim Arsky; o Sr. Manoel Anízio Gomes, que representa os anistiados; o Sr. Geraldo Quintão, ex-Ministro da Defesa. os ex-Presidentes do Centro Acadêmico de Direito XI de Agosto, Eugênio Bucci, atual Presidente da RADIOBRÁS, Aloysio Nunes Ferreira, Deputado Federal, e Carvalho Pinto, que se encontram aqui presentes.

Cumprimento também o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que neste momento assume a presidência desta sessão solene e foi o primeiro autor, quem pensou primeiramente, nesta Casa, em fazer esta homenagem aos 100 anos do Centro Acadêmico de Direito XI de Agosto e aos 24 anos da Lei de Anistia. Quero dizer ao prezado colega, companheiro e amigo Luiz Eduardo Greenhalgh que, sem dúvida alguma, seu escritório na Bela Vista, por mim freqüentado na época de estudante, foi pólo altamente importante, não só de luta pela anistia, mas também pela formação e resistência democrática, além de trincheira forte contra a ditadura militar. Minha saudação, meus respeitos e minha homenagem ao prezado companheiro, Presidente Luiz Eduardo Greenhalgh.

Antes de começar a sessão, analisava o significado desta data e desta homenagem. Exatamente como disse o Deputado que me antecedeu na tribuna, Luiz Eduardo Greenhalgh, sobre os 100 anos do XI de Agosto, algo na minha vida pública e pessoal me deixa muito orgulhoso e honrado: ter sido Presidente do Centro Acadêmico de Direito XI de Agosto no ano de 1978.

Em todas as lutas de afirmação, de defesa da democracia, o Centro XI de Agosto teve papel ímpar, pioneiro. Não há estudante que ingresse nas arcadas do Largo de São Francisco e não saia, 5, 6 ou 7 anos depois, diferente de quando entrou. As lições de democracia e de Direito, sobretudo o sentimento de patriotismo, todos os estudantes recebem a partir do momento em que

ingressam naquela Faculdade.

Participamos de todas as lutas: a favor do voto feminino, pelo petróleo, em 1932, contra a ditadura de Vargas, contra a ditadura militar, impeachment de Collor e, principalmente, a conquista que comemoramos hoje: a anistia.

Fico feliz também porque, como disse o Deputado Luiz Eduar-do Greenhalgh, vários Presidentes da República, vários Ministros, Juizes de Tribunais Superiores passaram por lá. Entre tantos, lembro-me de um ex-aluno que encarnou a democracia e empresta o nome a este plenário como símbolo do Parlamento: o Deputado Ulysses Guimarães.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores convidados, toda a luta política e democrática deste País teve o peso e o simbolismo do Centro Acadêmico de direito XI de Agosto. Poucas são as instituições que completam 100 anos.

Neste momento, saúdo todos aqueles que passaram pelas diretorias, pela militância, pela luta. Estão todos por aí, cada um na sua trincheira, continuando aquele sonho de academia, de liberdade democrática, de igualdade de direitos, de liberdade de oportunidades, aquelas lições que nunca esqueceremos.

É importante esta sessão solene para comemorar os 100 anos do Centro Acadêmico XI de Agosto e os 24 anos da Lei de Anistia. O ano em que exerci a Presidência do XI de Agosto foi marcado pela luta pela anistia. Não nos conformávamos mais com a existência de exilados brasileiros ou de pessoas perseguidas e encarceradas nos porões do regime militar. Aquela gestão ficou marcada pela luta intransigente pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Estava lá, em 1975, quando a faixa com a frase "Anistia Ampla, Geral e Irrestrita" foi aberta; quando foi lida a Carta aos Brasileiros; quando fomos à Catedral da Sé, indignados com o assassinato de Vladimir Herzog; quando fizemos um ato público contra a morte de Manoel Fiel Filho; quando combatemos o assassinato de Alexandre Vanucchi Leme; quando combatemos o Pacote de Abril; quando dissemos "Basta ao regime militar"; quando lutamos pelo fim da ditadura, pela liberdade democrática, pela anistia ampla, geral e irrestrita, pela liberdade sindical. Estava lá quando as greves do ABC receberam nossa total solidariedade.

Estudante que fui do Largo do São Francisco, continuo acreditando na luta democrática. Vejo aqui pessoas de idade, cujos rostos estão marcados pelo tempo, pela tortura e pela ausência de familiares. Vários se lembram, neste momento, de alguém que faz falta, de alguém que participou da luta e que já não está mais presente. Em homenagem a eles é que me associo neste esforço de conseguir solução definitiva para o drama de quem luta há tanto tempo e que continuará lutando, assim como nós

continuaremos lutando neste Congresso Nacional.

Neste momento solene, nesta Casa democrática, que é do povo do Brasil, com todas as virtudes e defeitos que apresenta, faço minha homenagem aos 100 anos do Centro Acadêmico XI de Agosto, por cujas arcadas centenárias passaram tantas pessoas queridas, importantes e, com muito orgulho, meu pai.

Sr. Presidente, Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, vencemos a luta de S.Exa. e de tantos companheiros. Quem diria que a ditadura terminaria como terminou? Quem diria que o impeachment de Collor viria como veio? Quando falamos em anistia pela primeira vez, chamaram-nos de loucos; quando falamos em liberdade sindical, disseram-nos ser impossível.

A população nas ruas, os militantes, os sindicatos, a consciência cívica do Brasil apontam o caminho do reencontro da nossa Pátria com o povo. E um encontro total, já que temos democracia formal. Queremos justiça aos anistiados e a todos aqueles que um dia foram perseguidos, humilhados, torturados e exilados do Brasil.

Queremos paz. Temos de olhar para frente, construir a grande Nação que queremos para os nossos filhos. Olhar para frente não significa esquecer, mas reparar erros e olhar para o futuro, a fim de construir o encontro final da nossa Nação, que queremos ver cada vez maior e solidária.

Sr. Presidente, esta sessão, em homenagem aos 100 anos do Centro XI de Agosto e aos 24 anos da Lei de Anistia, com certeza, junta a solidariedade de todos nós, porque o nosso grande sonho, na qualidade de acadêmicos e anistiados, é fazer o encontro da real sociedade brasileira com a real democracia. Isso só se faz com algo que aprendemos desde o início, na Academia, e que trazemos conosco até hoje: solidariedade, encontro, desenvolvimento e paz só se fazem com justiça.

Muito obrigado.

Em defesa dos funcionários do Banco Nossa Caixa

(Discurso proferido na sessão solene de 16-09-2003)

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os 12.600 funcionários do Banco Nossa Caixa, no Estado de São Paulo, estão mobilizados para que seja renovado o acordo coletivo de trabalho e criada comissão paritária para discutir as adequações no plano de cargos e salários, as mudanças no plano de saúde para os funcionários da ativa e aposentados e, também, as mudanças ocorridas tanto no Regime Geral da Previdência Social como na legislação dos fundos de pensão e a conseqüente adequação ao fundo de pensão da instituição financeira, o ECONOMUS.

Mais de mil funcionários do banco estiveram reunidos no último dia 23 de agosto, em São Paulo, num encontro nacional convocado pelo COREP, pela Federação dos Bancários de São Paulo e de Mato Grosso, por sindicatos, pela Associação de Gerentes, pela Associação dos Funcionários Aposentados e pela União dos Servidores da Nossa Caixa. Durante mais de 4 horas, os funcionários do banco debateram a situação da instituição e as propostas já citadas, que foram aprovadas por unanimidade e que serão encaminhadas à direção da Nossa Caixa.

Sr. Presidente, a Nossa Caixa se situa entre os 10 maiores bancos do País, com um ativo de R\$ 23,8 bilhões e um patrimônio líquido de R\$ 1,6 bilhão. Nos primeiros 7 meses deste ano, o banco apresentou lucro de R\$ 306 milhões. Como banco público de São Paulo, a Nossa Caixa repassou ao Tesouro Estadual, a título de juros sobre capital, no primeiro semestre deste ano, um total de R\$ 78 milhões. E esse crescimento significativo da Nossa Caixa como instituição pública de crédito no ranking dos maiores bancos brasileiros se concretizou pelo alto grau de profissionalização de seus atuais e ex-funcionários.

Ao aprovarem o conjunto de reivindicações, os funcionários deram uma demonstração de unidade e de conhecimento profundo da realidade da importância da Nossa Caixa para o povo paulista. As propostas amadurecidas pelo constante debate entre as entidades representativas da categoria evidenciam o compromisso dos funcionários em continuar trabalhando para que a Nossa Caixa continue como o principal banco público de São Paulo.

Nossa expectativa, Sr. Presidente, é que a direção da Nossa Caixa respeite as reivindicações de seus funcionários e abra um processo de negociação. Se o banco vem atingindo lucro e se

constituindo em importante referência para o desenvolvimento econômico de São Paulo, é graças ao trabalho de seus funcionários, tanto da ativa como aposentados, que se dedicaram por longos anos para atender da melhor forma possível aos anseios do povo paulista. Muito obrigado.

Alimentos transgênicos

(Discurso proferido na sessão solene de 24-9-2003)

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna é o debate sobre os transgênicos.

Há grande expectativa acerca da decisão a ser tomada hoje pelo Governo relativa à liberação do plantio da chamada soja transgênica, plantada em larga escala no Rio Grande do Sul, a partir de sementes importadas da Argentina.

De um lado, os produtores rurais gaúchos e o próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento defendem a liberação e a legalidade do cultivo. De outro lado, organizações não-governamentais e setores do Ministério do Meio Ambiente mantêm desconfianças e acreditam que os produtos geneticamente modificados podem afetar a saúde humana e os recursos botânicos naturais.

Nunca é demais dizer que o Brasil não é uma república de bananas. Aliás, nunca foi. Apresenta-se como a 12ª economia do mundo e, portanto, não pode ficar ausente do novo processo de globalização, impulsionado pela competitividade e pela tecnologia. Essa é a minha opinião e a do meu partido, o PPS.

A questão dos transgênicos, pelas implicações profundas que guarda com a economia e a vida das sociedades, não pode e não deve ser encarada pelo prisma ideológico. Devem prevalecer, rigorosamente, os interesses nacionais. Mais do que isso, devem prevalecer os imperativos da ciência.

Quero dizer que torcemos para que a medida provisória, em processo de anulação, possa definitivamente romper com o maniqueísmo e colocar, assim, o Brasil no leito correto do debate, sem o obscurantismo daqueles que vêem a ciência como amplo campo de conspiração e sem o fundamentalismo de alguns que querem a ciência como instância neutra e instrumento de desenvolvimento infalível. Não é assim.

O pensamento crítico deve estar sempre presente, embora jamais se deva converter em obstáculo e empecilho para a construção do futuro.

Não sou nenhum especialista em ciência ou em transgênico, até porque minha formação é na área jurídica, sou Promotor de Justiça, com longa carreira, mas na condição de Parlamentar, de homem público que recebeu das urnas competência para decidir sobre questões importantes para a Nação.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Peço ao Plenário

que preste atenção ao belíssimo discurso do nobre Deputado.

O SR. DIMAS RAMALHO - Na qualidade de homem público, não posso furtar-me a um debate de tão grande importância quanto essa questão dos transgênicos. Por quê? A rigor, não há, em nenhum lugar do mundo, qualquer esfera científica que declare ser a tecnologia em pauta um perigo ao meio ambiente ou à sociedade. Pelo contrário, estima-se que a biotecnologia, além do impacto que causa no sentido de proporcionar ganhos de produtividade e economia, converte-se, a médio e longo prazos, em poderoso aliado à recuperação do próprio meio ambiente degradado pelo homem, sem contar o papel que desempenhará no combate a inúmeras doenças, sobretudo as de caráter degenerativo, como o Mal de Parkinson.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Peço aos nobres Deputados que tenham calma. O discurso do Grande Expediente é profundo, sério, em defesa do País. É preciso ouvir os companheiros, sobretudo aqueles que têm mensagens positivas para todos. Deputado Dimas Ramalho, em nome da Casa, peço desculpas a V.Exa. e que continue seu brilhante pronunciamento.

O SR. DIMAS RAMALHO - Sr. Presidente, como sempre, V.Exa. preside esta sessão com lhanza e de forma grandiosa. Ouço, com prazer, o nobre Líder do PPS, Deputado Roberto Freire.

O Sr. Roberto Freire - Deputado Dimas Ramalho, V.Exa. presta um grande serviço ao País - não diria nem ao PPS, porque seria diminuir a dimensão e o próprio conteúdo do discurso que faz. V.Exa. ressalta algo que me preocupa muito. O PPS foi o primeiro partido nesta legislatura e no Governo Lula a discutir a biotecnologia num seminário aberto, público e impactante para o País. O discurso de V.Exa. tenta trazer racionalidade à discussão sobre biotecnologia no Brasil.

Há alguns setores que, com muita ênfase, até mesmo neste plenário, pensam que a situação vai ser resolvida por movimento social, como se fosse um grande clássico futebolístico, onde as vontades, as emoções, os gostos e desejos pudessem definir o futuro do País. Essa questão tem de ser discutida com a máxima seriedade e tendo como postulado fundamental a ciência, o conhecimento.

Não pode ser tratada como se fosse mera emoção, porque do contrário vamos ver, daqui a pouco, não apenas os vidros dos Ministérios sendo quebrados, mas o fogo sendo ateado em laboratório e, se bobear, volta a inquisição: vão tocar fogo em pesquisador. O clima que está sendo criado é para se chegar a isso, porque a racionalidade está ausente.

Não é um problema de soja transgênica, da Monsanto, de soberania, mas, sim, da ciência, daquilo que é fruto do gênio humano e que precisa ser tratado dessa forma. V.Exa. traz a

racionalidade ao discutir a biotecnologia com base na ciência. O Presidente Lula abordou o assunto.

Lamentavelmente, S.Exa. não está no Brasil nesta hora, neste momento decisivo de encaminhamento de medida provisória que descortina caminhos. Não é a solução definitiva, mas é algo que se adota premido pelo tempo, pela realidade do plantio da soja, do calendário agrícola do País, e o Governo tem de tomar uma posição. Retardou a tomada de decisão, tem dificuldade de ter o mínimo de racionalidade nessa questão. Daqui a pouco, vamos ter movimentos sociais invadindo laboratórios, até porque já anunciaram isso. É bom que pare, é bom que se dê a esse tema a racionalidade que V.Exa. está demonstrando nesse excelente discurso. O PPS agradece a V.Exa. a presença no plenário defendendo nossa posição.

O Sr. Dr. Hélio - Deputado Dimas Ramalho, V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DIMAS RAMALHO - Ouço, com prazer, o Deputado Dr. Hélio.

O Sr. Dr. Hélio - Em primeiro lugar, cumprimento V.Exa., Deputado Dimas Ramalho, um dos Deputados mais atuantes dentre os 70 Deputados Federais que compõem a representação do nosso Estado de São Paulo. Sou testemunha do trabalho de V.Exa. na CPMI do BANESTADO, que acompanhamos. V.Exa. está trazendo a debate assunto da maior relevância. V.Exa. não se atém simplesmente à questão da soja transgênica, vai além, com um grande debate.

Traz à discussão a transgenia, em particular o papel que a biotecnologia tem para este País, o papel dos nossos investigadores científicos e o das nossas instituições de pesquisa, inclusive enfrenta alguns aspectos importantes. Eu mesmo, na última Legislatura, observava alguns princípios, mas aos poucos fui me modernizando. Busquei informações em determinados setores de investigação científica para que não fosse reducionista na questão da transgenia, que tem, de certo modo, trazido grandes avanços biotecnológicos ao mundo.

O Brasil não pode distanciar-se desses avanços. Vejo com atenção a discussão relevante que V.Exa. traz a esta Casa; é relevante, não é reducionista e merece a atenção dos nobres pares no sentido de buscar a discussão sadia, transparente e em elevado nível, como faz V.Exa. nesta tarde.

O SR. DIMAS RAMALHO - Obrigado, Dr. Hélio. Ouço, com prazer, o nobre Deputado Wagner Lago.

O Sr. Wagner Lago - Inicialmente cumprimento V.Exa. por trazer à discussão desta Casa questão puramente científica, não ideológica, não partidária nem de grupos sociais. Lembro-me de quando discutíamos a reforma agrária, que não foi implementada

antes da década de 60 porque a "ideologizaram", e não se tratava de questão ideológica. Essa discussão pode ter até semelhança com a conduta do Estado e do Poder Público na Idade Média.

O obscurantismo daquele período histórico não permitia a discussão de determinados assuntos. Porém, com a peste negra ameaçando dizimar a Europa, a ideologia escolástica acabou; os cientistas encontraram a solução e o mundo desenvolveu-se com a força do conhecimento científico.

V.Exa. faz muito bem em debater a biodiversidade, assunto atual que precisamos discutir à exaustão, porque o Brasil precisa de tecnologias mas sem determinar de pronto que tipo de soja ou outro produto temos que adotar sem uma discussão profunda do ponto de vista científico. Parabéns a V.Exa.

O SR. DIMAS RAMALHO - Agradeço a V.Exa. as palavras.

É exatamente este ponto para o qual chamo a atenção do Brasil e das Sras. e dos Srs. Deputados: é necessário discutir os transgênicos sob o aspecto científico, sem nenhum tipo de ideologia, a fim de buscarmos o melhor para o País. Com certeza, o nosso Presidente Lula está encarando dessa forma o problema e vai decidir de maneira correta. Depois nós, do Congresso, em última instância, elaboraremos a legislação específica para o tema.

Recentemente, tal posicionamento foi demonstrado na Europa, detentora de uma agricultura ainda tradicional do ponto de vista da produtividade e durante vários anos arredia às conquistas representadas pelos transgênicos. Ali, o Parlamento europeu deixou para trás a antiga idéia de moratória, abrindo espaços para que as conquistas da biotecnologia sejam utilizadas economicamente.

Todos nós sabemos que o mundo moderno não se rege mais por antigas relações econômicas, de fluxo apenas de produtos, com obsolescência tecnológica lenta e dentro de um contexto onde o protecionismo sempre foi instrumento válido de política nacional. Hoje tudo mudou. Quem rege a velocidade do desenvolvimento é a tecnologia e a ciência. Quem ficar de fora desta revolução estará fora do mundo que começou a ser construído a partir da década de 70, principalmente quando a informática irrompe como alavanca de mudanças de paradigmas. Concedo um aparte à nobre Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE - Deputado Dimas Ramalho, sobre o assunto soja transgênica o flagrante desrespeito à lei vem da impunidade, praticada desde o Governo Fernando Henrique, quando clandestinamente a semente entrou pela Argentina. Pela Lei da Biossegurança nº 8.974, de 1995, o Governo Lula ainda se encontra com o mesmo problema do início do

seu mandato.

Nesse cenário, para concluir, agradecendo a V.Exa. o aparte, é importante destacar a figura admirável da Ministra Marina Silva, que tenta impedir medidas provisórias permissivas em respeito ao princípio da precaução. Não sou contra nem a favor. O que quero é que se discuta o assunto à exaustão, porque aí estão compreendidas questões como a nossa saúde, o meio ambiente e a economia do Brasil.

O SR. DIMAS RAMALHO - Foi um prazer ser aparteado por V.Exa. É exatamente esta a posição que defendemos: a discussão do problema sem nenhum viés ideológico, nenhuma postura preconcebida.

Também tenho minhas preocupações quando vejo um posicionamento meramente reativo, às vezes conservador, contra transgênicos. Essa é uma ampla discussão que merecemos ter no Congresso Nacional. Perdemos tempo na revolução industrial porque o País não estava preparado para adentrá-la em virtude de razões históricas óbvias.

Também perdemos a revolução da informática, quando se resolveu, em plena ditadura militar e com o apoio de todos nós, da Esquerda, que nos julgávamos progressistas, praticar a reserva de mercado. Vimos, posteriormente, que começamos a perder espaço na revolução da informática no mundo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, perder a nova revolução da biotecnologia quando temos vantagens comparativas em relação a outras nações e podemos ser contemporâneos, protagonistas dela, seria um equívoco, seria exercitar um ato de traição aos interesses nacionais.

Não estamos falando de coisas do futuro, de cenários possíveis, de prejuízos que ainda podem vir a ocorrer. A nossa EMBRAPA, considerada uma das maiores empresas de biotecnologia no mundo e que ao longo de décadas foi uma das responsáveis diretas, juntamente com outros centros de pesquisa, universitários ou não, pelo grande salto que o Brasil deu na agricultura, está prestes a testar suas pesquisas sobre banana transgênica em Honduras. Aqui, isso está terminantemente proibido por decisões de ordem judicial, que nós, no Estado de Direito, devemos respeitar.

Essa situação, sejamos realistas, não pode continuar. Essa situação incomoda todos nós, que queremos o debate amplo e aberto com toda a comunidade, principalmente com a comunidade científica do Brasil.

Como já disse o nosso Líder do PPS, Deputado Roberto Freire, os transgênicos, ao contrário do que afirmam alguns em uma argumentação que não deve ser a principal, não beneficiam as multinacionais e os países centrais do capitalismo. Na realidade

brasileira, eles podem ser definitivos para melhorar a vida de milhares de pequenos produtores, hoje atingidos por pragas que inviabilizam empreendimentos de menor porte.

Por exemplo, é da biotecnologia que pode vir a solução para debelar pragas no plantio de feijão, do mamão, da laranja, da cana e de outras atividades agrícolas de interesse social direto.

Como a ciência não é neutra e já vimos inovações tecnológicas que se demonstraram desastrosas às sociedades e à humanidade, temos também de ter alguma precaução em relação aos produtos geneticamente modificados. Os chamados relatórios de impacto ambiental são imprescindíveis quando aspectos da inovação não estão muito claros até para o mundo da ciência. O controle dos produtos há de ser rígido. Contudo, esses mesmos relatórios e a legislação em vigor não podem transformá-los em mecanismos de obstrução.

Sr. Presidente, sou daqueles que acreditam no bom senso dos homens da ciência. Prova disso é o recente manifesto, assinado por aproximadamente 70 academias científicas de todo o mundo, incluída a do Brasil, dirigido à ONU, que pede a proibição da clonagem humana por imperativo ético e defende os avanços das pesquisas no tocante às chamadas células-tronco, fronteira importante da medicina, que, no limite, possibilitaria a reconstituição de órgãos destruídos por doenças incuráveis degenerativas.

Se em relação à ciência em si temos uma postura de prudência, quanto aos cientistas, homens e mulheres que se dedicam ao conhecimento, têm a nossa simpatia. Eles merecem todo o nosso apreço e só serão socialmente úteis se não forem impedidos de colocar o seu gênio em movimento, no limite ético. A pesquisa é um dos motores de sua própria existência e, nesse sentido, não pode ser cerceada sob qualquer aspecto, a não ser por motivação ética.

Se tenho essa postura em relação à ciência e aos transgênicos em particular, existe outra dimensão sobre a qual gostaria de fazer alguns comentários. Ouço, com prazer, o nobre Deputado Osvaldo Biolchi.

O Sr. Osvaldo Biolchi - Primeiramente, Deputado Dimas Ramalho, quero cumprimentá-lo pelo brilhante, claro e importante discurso que faz nesta tarde. Estava há pouco em meu gabinete e, ao ouvir o som do plenário, descí para falar em defesa de V.Exa. Conheço V.Exa. como Parlamentar brilhante que é, até pelo trabalho que está realizando com relação à nova proposta de recuperação das empresas brasileiras. Ontem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, juntamente com a bancada do Rio Grande do Sul, tive importante audiência com o Ministro José Dirceu.

Hoje, a preocupação do Governo é única e exclusivamente essa. V.Exa. sabe que seus colegas da Procuradoria da República, especialmente da Promotoria Pública, vêm ensejando propostas. Estão até ameaçando entrar com ação de impeachment contra o Presidente da República. Mas com brilhantismo, o nosso ex-Deputado Federal, Odacir Klein, atualmente Secretário da Agricultura, como advogado, ontem deixou clara sua predisposição em ajudar o Governo.

Aliás, informo aos Deputados presentes que não aprovaremos o impeachment do Presidente da República, porque não há uma só voz que se levante contra um homem que deseja o progresso da economia brasileira. A vocação do Brasil é a agricultura. A autorização de vendas este ano, Sr. Deputado, não ocasionou a morte de ninguém, que eu tenha conhecimento. Nos sete anos passados, também ninguém morreu por ter ingerido soja ou outro alimento transgênico. Finalmente, no Rio Grande do Sul, está comprovado que a soja transgênica é mais barata e tem grande produtividade. Por isso, associe meus sentimentos à exposição brilhante de V.Exa. Muito obrigado.

O SR. DIMAS RAMALHO - Muito obrigado, Deputado Osvaldo Biolchi.

Estou fazendo um chamamento à Nação brasileira, por intermédio da Câmara dos Deputados, a Casa representativa do povo brasileiro. Devemos discutir esse assunto sem maniqueísmo. Isso não pode ser um jogo em que alguns são contra e outros a favor, porque todos nós, Deputados e Deputadas, queremos o melhor para nossa Nação. Por isso deveremos debater o tema e fazer uma lei específica para tratar desse assunto.

Como disse o Deputado Osvaldo Biolchi, há também o papel do Poder Judiciário, do Ministério Público, das ONGs, das pessoas que vão questionar depois na Justiça. No Estado Democrático de Direito, o Judiciário é livre para atuar, julgar, fiscalizar e defender a sociedade. Em outras palavras, sob o prisma da Constituição, a Justiça está no direito de dirimir dúvidas e convicções do próprio mundo da ciência e da economia. Nós fazemos as leis.

Aliás, é no âmbito da Justiça que demandas devem ser plenamente resolvidas após o Congresso Nacional se manifestar. O Ministério Público aí está para defender interesses da sociedade. O Brasil não tem vocação para a subalternidade. Os brasileiros e seus homens públicos, estejam onde estiverem, devem ter isso sempre em mente: não ao obscurantismo; sim à discussão aberta, democrática e livre. Muito obrigado.

Ações de combate ao crime no Brasil

(Discurso proferido na sessão solene de 18-11-2003)

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro que hoje, sob a presidência do Ministro Márcio Thomaz Bastos, foi realizada no Ministério da Justiça importante reunião, da qual participaram dos Governadores dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Esses Governadores e respectivos Secretários de Segurança assinaram protocolo segundo o qual, a partir de agora, haverá uma força-tarefa centralizada, unificada no combate ao crime organizado, evidentemente com a integração do Governo Federal e dos entes da Federação, ou seja, não mais haverá o combate isolado à criminalidade.

Trata-se de providência que deveria ter sido tomada há muito mais tempo, Sr. Presidente, mas que, felizmente, agora vai começar a se concretizar. Com a assinatura desse protocolo de intenções, será possível àqueles Estados contarem com o apoio da Polícia Federal no tocante a serviços de inteligência, à troca de informações e, principalmente, quanto à elaboração de um plano que definirá claramente como deve ser feito o combate ao crime organizado.

É preciso ressaltar assim entendemos, bem como os Governadores que, sem o apoio e a participação das Receitas - Federal e Estadual - e também de outros órgãos de Governo, como o Banco Central, não vai ser possível chegar a bom termo ou pelo menos atingir o objetivo desse acúmulo de forças.

Depois de muita discussão e dúvidas em relação à melhor forma de se combater o crime nesses Estados, chegou-se agora a uma coordenação de ações e, principalmente, concluiu-se pela criação de uma força-tarefa específica.

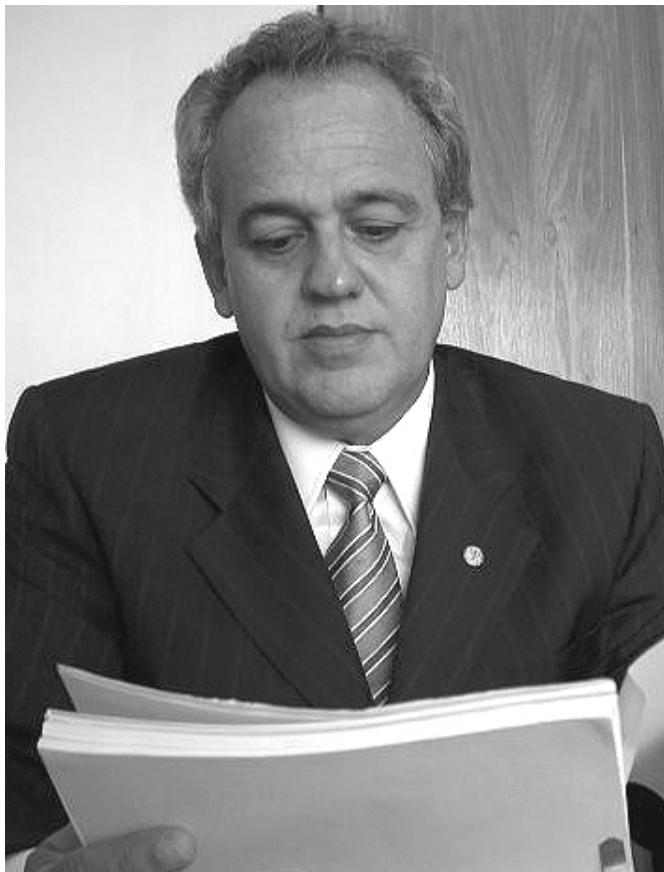
Creio ser esse um bom começo, um bom caminho. Não podemos discutir segurança pública, violência e justiça apenas quando ocorrem fatos que chamam a atenção da população à violência desmedida e trazem à discussão questões como a maioria de penal, por exemplo. Vimos isso no assassinato de juiz no Espírito Santo, de promotor em Minas Gerais, do casal Richthofen em São Paulo, assassinado pela filha.

Agora, estamos novamente frente a um caso escabroso, que nos remete à ampla discussão. O que podemos fazer para combater a criminalidade e evitar a violência? Não tenho dúvidas de que, no caso que aconteceu no Estado de São Paulo, que viti-

mou um casal de adolescentes, se há alguém que saiu derrotado por essa perda foi à sociedade brasileira, fomos todos nós. Os que acreditam em uma sociedade justa, fraterna, igualitária, pacífica, saem um pouco menores depois desse bárbaro assassinato.

Precisamos reagir com calma, com os pés no chão, com medidas que ataquem realmente o fulcro da questão e a raiz da violência, que é o crime organizado, o narcotráfico e principalmente a lavagem de dinheiro público e privado neste Brasil.

É um bom começo, repito. Na condição de Deputado, espero poder colaborar, e espero que esta Casa também faça sua parte, como tem feito na aprovação de leis. Obrigado, Sr. Presidente.



Artigos

É preocupante no Brasil o extraordinário crescimento das estatísticas de mortes por causas externas, principalmente as referentes a jovens, o que nos revela uma situação desalentadora. Conforme a avaliação do Conselho Nacional de Saúde, a causa externa de mortalidade que mais cresce em nosso País é o homicídio, tendo, na última década, superado em muito as mortes causadas por acidentes de trânsito.

Para se ter idéia da dimensão do problema, morrem por ano no Brasil 120 mil pessoas por causas externas, mortes violentas. Esse número supera em muito o da mortalidade por doenças infecto-contagiosas e é bem maior do que o número de soldados americanos mortos nos doze anos de guerra no Vietnã. É um dado muito grave que nos envergonha, ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos, onde a mortalidade externa é devida a acidente de trânsito ou suicídio.

Conforme os números contidos no Mapa da Violência nº 3 da UNESCO, em 1980 a taxa de morte violenta entre adolescentes significava 52,9%. Em 2000 alcançou o patamar dos 70,3%, o que demonstra o crescimento absurdamente exagerado da violência no Brasil, a piora das condições sociais, tanto no campo como nas cidades, especialmente nos grandes centros urbanos. E quanto mais crescem as organizações criminosas, mais aumenta o número de morte entre os jovens.

Portanto, as estatísticas apontam para a urgência de discutirmos globalmente providências para evitar que os jovens brasileiros morram tão cedo. Somente com uma política afirmativa de inclusão social, que dê aos jovens condições de saúde, de ir a escola, perspectivas de emprego e renda, poderemos sonhar com um País verdadeiramente democrático, com todos os brasileiros exercendo sua cidadania.

Proteger os jovens brasileiros de mortes violentas cabe a nós, políticos, autoridades dos Poderes instituídos, órgãos de informação e a sociedade civil organizada para combater o crime organizado.

Precisamos sair do simples discurso e partir para práticas efetivas. E quando se fala em combater o crime organizado, diz-se que é preciso ocupar favelas, morros. Quem financia o crime organizado, evidentemente, não mora em favela, e sim, em lugares muito privilegiados e nobres. Não adianta ficarmos dando

um tempo, aguardarmos até a próxima morte. Infelizmente, costumamos agir quando a sociedade clama por providências urgentes.

A onda de indignação varreu o País com a morte de juízes, promotores e policiais. Mas a indignação das pessoas já começa a se amainar. Os brasileiros já estão acostumados com a violência porque a vê todos os dias. Talvez a população esteja acostumada a violências como aquelas praticadas contra civis na guerra do Iraque. Esse tipo de coisa não faz parte do nosso dia-a-dia. Vozes que na semana passada se levantaram para pedir punição contra bandidos e assassinos já se acalmaram um pouco mais. Precisamos continuar clamando por providências.

É necessário dar seqüência ao Plano Nacional de Segurança Pública apresentado à Nação pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos. Trata-se de um bom plano. Mas também precisamos aprovar projetos de lei, que tratam da questão do combate ao crime organizado, que tramitam na Câmara dos Deputados. Precisamos instituir a delação premiada, sim, para que a polícia possa ter subsídios em suas investigações.

Ao lado de políticas de inclusão social - escola, lazer, saúde e orientação ao nosso jovem - não podemos deixar cair no esquecimento as atuações que o Congresso Nacional tem que ter no combate ao crime organizado, assunto tão falado e que precisa ser transformado em questões reais.

Não existe crime organizado se não houver agente público nele envolvido. Falo do agente público lato sensu, de todos os Poderes, porque, de outro modo, não é organizado. Um crime só é organizado se conta com a participação e a ajuda de setores de dentro do Estado. Infelizmente, em alguns lugares do Brasil, é o que ocorre.

O Congresso Nacional precisa dar o exemplo. Na pauta de votações há projetos que apontam no caminho certo. Já passou da hora da ação. Tal instituto permite que o promotor, evidentemente após submeter seu pedido ao juiz, juntamente com o advogado, consiga que o preso tenha sua pena atenuada caso contribua com a Justiça.

Classe média empobrecida

A classe média brasileira atravessa uma grave crise de perda do poder aquisitivo, fato que se vem acentuando drasticamente nos últimos 5 anos, conforme apontam todos os indicadores socioeconômicos. Para se ter idéia da dimensão do problema, a recente pesquisa divulgada pela Ipsos-Marplan aponta que a classe média perdeu 30% de sua renda em valores reais - descontando-se a inflação - entre 1997 e 2002.

Em grande parte, esse empobrecimento é provocado pelo atual sistema tributário, inibidor da atuação dos agentes produtivos, e suas conseqüências mais nefastas, como a disparada dos preços das tarifas dos serviços públicos. O resultado desse processo não é outro senão o empobrecimento da classe média, que sofre com o aumento crescente do desemprego, com a corrosão dos salários e com as terceirizações.

Representando cerca de 17% das famílias brasileiras, a classe média tem feito um verdadeiro malabarismo para equilibrar o seu orçamento, numa situação de renda bem menor, atualmente entre 1.158 reais e 4.696 reais. Para se adequar à nova e cruel realidade econômica, teve de cortar gastos, reduzir o lazer, mudar os hábitos de consumo e restringir viagens e freqüência a clubes, teatros e restaurantes.

A perda de renda também fez com que a classe média abrisse mão dos planos de saúde, considerado essencial às famílias, diante do caos vivido, infelizmente, pelo setor de saúde pública no País. Dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e da ANS (Agência Nacional de Saúde) revelam que aproximadamente 4 milhões de pessoas perderam seus planos de saúde nos últimos 4 anos.

O recorde da carga de impostos no Brasil, que já atinge 36% do PIB, é também um dos fatores que contribui para o empobrecimento da classe média. É bom que se destaque que um indivíduo trabalha quase quatro meses por ano apenas para pagar tributos, diretos e indiretos e, além de pagar esses tributos, ainda arca com os custos de educação, saúde e segurança pública.

Outro determinante para a queda do padrão de vida foi, sem dúvida, a disparada de preços e tarifas dos serviços públicos. Os preços da gasolina, da energia elétrica e da telefonia subiram acima da inflação, desde a desvalorização cambial de 1999. Soma-se aos fatores de estrangulamento do poder aquisitivo da classe média a política de juros incompatível com o crescimento

econômico. Não há como gerar renda e empregos com a taxa SELIC em 26% ao ano.

É necessária uma dose de vontade política a fim de superarmos as dificuldades econômicas enfrentadas pelo Brasil. E para que isso aconteça é preciso mudar os rumos da atual política econômica. A redução da taxa de juros a índices compatíveis com o desenvolvimento econômico é de extrema importância para que o País retome o caminho do crescimento. Os brasileiros não podem esperar mais tempo pela recuperação econômica do País, sob o risco de aprofundarmos ainda mais o empobrecimento da nossa sociedade. É preciso dar novo ânimo ao comércio, à agricultura, à indústria e ao setor de serviços, para recuperarmos a auto-estima dos brasileiros.

Esse é um grande desafio do qual não nos podemos eximir, porque o panorama nunca foi tão propício para que isso aconteça. Afinal, temos um Governo comprometido com as mudanças estruturais que a sociedade tanto espera e precisa. As alternativas para a mudança existem e é preciso, como já disse, vontade política para dar um grande impulso à economia. Não podemos mais continuar assistindo impassíveis às conseqüências de uma política econômica que não privilegia a produção, mas o setor financeiro internacional, com o pagamento de juros da nossa dívida.



Homenagens

Dia Nacional do Ministério Público



Durante sessão solene em homenagem ao Dia Nacional do Ministério Público, no dia (10/12/2003) na Câmara Federal, o deputado Dimas Ramalho (PPS) rendeu homenagens à instituição, da qual faz parte há 20 anos, e reiterou seu compromisso, e do partido, na defesa intransigente das garantias constitucionais do Ministério Público.

"Nesse momento em que se discutem mudanças constitucionais, o crime organizado, o meio ambiente, o consumidor, o combate à corrupção, ou seja, quando se discute a democracia, não se pode, nunca, jamais, sonhar com um País democrático de direito se não tivermos um Ministério Público instrumentalizado, independente, forte", discursou em plenário.

Membro da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e a Violência, Dimas foi assertivo ao defender a independência e a liberdade de atuação do Ministério Público em defesa do cidadão. As afirmações vieram como resposta a algumas propostas de alterações nas leis limitando a atuação dos procuradores e promotores de Justiça.

"Nós não admitiremos nenhum retrocesso nas conquistas do Ministério Público nos últimos anos. Até porque qualquer retrocesso não será retrocesso do Ministério Público, mas sim do Estado Democrático de Direito", pontuou enaltecendo a evolução e as conquistas da instituição desde sua criação pela Constituição de 1988.



Projetos de Lei

. PL - 72/2003

Dá nova redação ao artigo 10º da Lei do Mandado de Segurança (Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951) e dá outras providências.

Do que se trata: dá ao Ministério Público a opção de apresentar parecer ao mandado de segurança quando entender presente o interesse público, coletivo, difuso ou individual indisponível.

. PL - 138/2003

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para que o Artigo 244-A e §1º, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com a redação dada pela Lei nº 9.975, de 23 de junho de 2000, seja considerado hediondo.

Do que se trata: Caracteriza como crime hediondo a submissão de criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual.

. PL - 953/2003

Dá incentivos fiscais para as pessoas jurídicas que empreguem trabalhadores com mais de quarenta anos de idade.

. PL - 1.007/2003

Permite ao contribuinte do imposto de renda deduzir do imposto devido parte das doações feitas a entidades de ensino público superior.

PL - 2.707/2003

Veda o uso de informações sobre restrições de crédito como critério impeditivo ao acesso a relação de emprego ou a sua manutenção.

COMISSÕES



Comissões

Comissões Permanentes

Titular

- . Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
- . Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
- . Comissão de Constituição, Justiça e de Redação

Suplente

- . Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias
- . Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Comissões Especiais

Titular

- . Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPI do Banestado
- . Comissão Especial da Reforma do Poder Judiciário

Suplente

- . Comissão Especial que analisa a PEC 092/95

Membros do STF

- . Comissão Especial que analisa a PEC 534/02
- Competência das Guardas
- . Comissão Externa que acompanha a morte do chinês Cham Kim Chang

Frentes Parlamentares

- . Frente Parlamentar da Saúde
- . Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Aeronáutica Brasileira
- . Frente Parlamentar da Habitação e Desenvolvimento Urbano
- . Frente Parlamentar Anti-Drogas



Dimas Ramalho, 49 anos, foi eleito com 116.581 votos pelo PPS-SP nas eleições de outubro de 2002. Após 10 anos como deputado estadual na Assembleia Legislativa de São Paulo, exerce o primeiro mandato como deputado federal na Câmara dos Deputados.

Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Dimas ocupou a vice-presidência do banco Nossa Caixa, foi Secretário de Habitação do Estado de São Paulo e presidiu a CPI do Narcotráfico e a CPI do Roubo de Cargas em São Paulo.

Vice-líder do partido na Câmara dos Deputados, Dimas Ramalho é membro da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público; e participou da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

É titular da CPMI do Banestado, que investiga os crimes de evasão de divisas e da Comissão Especial que estuda a Reforma do Poder Judiciário. Integra as Frentes Parlamentares da Saúde; em Defesa da Indústria Aeronáutica Brasileira; da Habitação e Desenvolvimento Urbano; e Anti-Drogas.